

RE-CRIANDO A (CATEGORIA) MULHER?

Adriana Piscitelli

Introdução

Instigante e desafiador, conceito de gênero vem disseminando-se rapidamente a partir da década de 1980. Parte significativa da atração exercida por esse conceito reside no convite que ele oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social. Através da utilização desse conceito, algumas autoras, inclusive, consideraram possível desestabilizar as tradições de pensamento.¹ Para além de ter ou não respondido a essa expectativa, o conceito de gênero tem se difundido notavelmente na teoria social -- suas marcas são evidentes na produção de reconhecidos autores tais como Anthony Giddens ou Arjun Appadurai.

Entre as/os acadêmicos/as que dialogam com as discussões feministas, o conceito de gênero foi abraçado com entusiasmo, uma vez que foi considerado um avanço significativo em relação às possibilidades analíticas oferecidas pela categoria “mulher”. Essa categoria passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/”mulher” parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados. Mas, no marco das discussões das acadêmicas feministas percebe-se, nos últimos anos, uma nova ênfase na utilização da categoria “mulher”. Evidente em alguns Encontros sobre gênero no Brasil, esse retorno é discutido na produção internacional, inclusive naquela difundida nas principais publicações feministas do País. Num número recente da *Revista de Estudos Feministas*, Linda Nicholson alude abertamente à importância da utilização dessa categoria, confrontando-a com idéias embutidas no conceito de gênero. Nos termos dessa autora, não se trata exatamente de um “retorno”, uma vez que as novas formulações não estariam contaminadas pelo “fundacionalismo biológico” -- termo que explico adiante -- que perpassaria os usos anteriores da categoria mulher e do conceito de gênero².

Neste texto, que tem um caráter puramente didático, faço alguns comentários sobre a re-criação da categoria “mulher” nas discussões contemporâneas. Mas, considerando que esse vaivém está perpassado por tensões que só podem ser compreendidas levando em conta a íntima relação entre as discussões feministas e o desenvolvimento do conceito de gênero, proponho, antes de nada, um breve percurso pelo pensamento feminista desenvolvido a partir de finais da década de 1960, prestando atenção aos seus pressupostos e aos principais conceitos por ele desenvolvidos. Em seguida, mostro como o conceito de gênero foi criado no marco desses pressupostos. Realizo, depois, alguns comentários sobre os conteúdos que

¹ SCOTT, Joan Wallach: *Gender and the Politics of History*, New York, Columbia University Press, 1988.

² NICHOLSON, Linda: “Interpretando o gênero”. *Revista de Estudos Feministas*, vol. 8, n°2/2000, pp. 9-43.

esse conceito adquire nas teorias contemporâneas e as tensões que ele provoca em termos da prática política feminista. Finalmente, considero a maneira como a categoria “mulher” é re-introduzida no âmbito desse debate.

Por que mulher?

O conceito de gênero foi elaborado em um momento específico da história das teorias sociais sobre a "diferença sexual". Mas, se essa elaboração seguiu caminhos existentes na teoria social, operando, inclusive, com vários de seus pressupostos, é importante perceber que o conceito de gênero, desenvolvido no seio do pensamento feminista, foi inovador em diversos sentidos. Perceber o alcance dessa inovação exige prestar atenção às formulações desse pensamento.

No século XIX, a idéia de "direitos iguais à cidadania", pressupondo igualdade entre os sexos, impulsionou uma mobilização feminista importante, no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países. Entre as décadas de 1920 e 1930 as mulheres conseguiram, em vários lugares, romper com algumas das expressões mais agudas de sua desigualdade em termos formais ou legais, particularmente no que se refere ao direito ao voto, à propriedade e ao acesso à educação. Essa história é bastante conhecida, mas o que me interessa reter dela é que dentro desse movimento era formulada uma pergunta, decorrente da idéia de "direitos iguais", que será central no pensamento feminista, após a década de 1960. Se a subordinação da mulher não é justa, nem natural, como se chegou a ela e como se mantém?

O pensamento feminista, como expressão de idéias que resultam da interação entre desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista, está longe de constituir um todo unificado. No entanto, apesar das importantes diferenças presentes nas diversas vertentes desse pensamento, as abordagens desenvolvidas após finais da década de 1960 compartilham algumas idéias centrais. Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas partes e em todos os períodos históricos conhecidos.

As diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina, mas questionam o suposto caráter natural dessa subordinação. Elas sustentam, ao contrário, que essa subordinação é decorrente das maneiras como a mulher é construída socialmente. Isto é fundamental, pois a idéia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social por elas ocupado. Por esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando,

ao mesmo tempo, as raízes culturais destas desigualdades. As feministas trabalharam em várias frentes: criaram um sujeito político coletivo -- as mulheres -- e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. Ao mesmo tempo procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação.

É interessante prestar atenção às correntes do pensamento feminista que se desenvolveram nos Estados Unidos e na Inglaterra, a partir de finais da década de 1960. Elas apresentam diferenças na percepção das origens e causas da opressão e, também, nos mecanismos considerados apropriados para livrar-se dela. Mas, mostram, também -- e sem pretender homogeneizá-las -- que compartilham vários pressupostos

Entre essas correntes, algumas vertentes do feminismo socialista têm uma postura particularmente clara no que se refere às causas originais da opressão das mulheres. Seguindo a argumentação de Engels no livro *As origens da família, a propriedade privada e o estado*³), orientam-se pela idéia de que a divisão de trabalho baseada no sexo implicou desigualdade ou opressão sexual apenas no momento em que surgiram as classes sociais baseadas na propriedade privada. As formas da opressão sexual, tais como as formas de parentesco e a família, teriam uma base material na estrutura de classes. A opressão das mulheres, assim como a exploração de classe, poderiam ser superadas através da instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo. Para esse estilo de pensamento feminista, portanto, a reprodução é opressiva na sociedade de classes. Quero dizer, o problema não é a reprodução, mas o surgimento das classes sociais baseadas na propriedade privada.

Outras vertentes do feminismo socialista criticam estas premissas, mostrando que as hierarquias de gênero persistiram nos países socialistas nos quais teve lugar a transformação na organização social que supostamente libertaria as mulheres. Baseando-se nessas experiências, essas correntes mostram que considerar o sexo como 'contradição secundária' e 'a produção como força motriz principal da mudança social' não é suficiente para promover as mudanças necessárias. As causas originais da opressão feminina são colocadas, portanto, na associação capitalismo/patriarcado, considerando produção e reprodução como igualmente determinantes.

O feminismo radical entende de maneira diferente as causas da opressão das mulheres. Shulamith Firestone, uma das principais pensadoras desta corrente, afirma no livro *A dialética do sexo*⁴ que as origens da subordinação feminina estão visivelmente localizadas no processo reprodutivo. Segundo essa autora, os papéis desempenhados por homens e mulheres na reprodução da espécie são fatores fundamentais de onde derivam as

³ ENGELS, Friederich: *The Origins of the family, private property and the state*, International Publishers, Nova York, 1972 (1891)

⁴ FIRESTONE, Shulamith: *A dialética do sexo*, Labor, Rio de Janeiro, 1976.

características que tornam possível a dominação que os homens exercem sobre as mulheres. As diferenças entre os papéis sociais e econômicos de homens e mulheres, o poder político e a psicologia coletiva são resultado da maneira como se reproduzem os seres humanos. De acordo com Firestone, o papel das mulheres no processo reprodutivo -- uma vez que são os únicos seres humanos capazes de engravidar e amamentar e dado que os bebês humanos têm um período extraordinariamente prolongado de dependência física -- as torna prisioneiras da biologia, forçando-as a depender dos homens.

O feminismo radical considera que para liberar as mulheres é necessário derrotar o patriarcado. Isso só seria possível se as mulheres adquirissem o controle sobre a reprodução. Na verdade, para Firestone, a meta do movimento feminista deveria ser não apenas a eliminação do privilégio do homem, mas a eliminação da própria distinção sexual. E isto seria possível transformando o mecanismo da reprodução -- a reprodução da espécie deveria ser substituída pela reprodução artificial. Dessa maneira, segundo a autora, as diferenças genitais não teriam mais significado cultural.

Nessas explicações sobre as causas da opressão feminina, a reprodução adquire um lugar importante: as funções reprodutivas femininas aparecem no cerne da produção da desigualdade sexual. Chamo a atenção para esse ponto porque ele mostra que, nessas linhas de pensamento, a "condição" compartilhada pelas mulheres -- e da qual se deriva a identidade entre elas -- está ancorada na biologia e na opressão por parte de uma cultura masculina. O corpo aparece, assim, como o centro de onde emana e para onde convergem opressão sexual e desigualdade. Desenvolvendo a análise dessa condição, essas correntes de pensamento trabalham recorrentemente com uma série de categorias e conceitos fundamentais, particularmente, mulher, opressão e patriarcado. Esses aspectos, centrais no pensamento feminista pós 1960, são importantes para compreender o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.

Identidade, opressão, patriarcado

A categoria "mulher" tem raízes na idéia do feminismo radical segundo a qual, para além de questões de classe e raça, as mulheres são oprimidas pelo fato de serem mulheres -- pela sua *womanhood*.⁵ Essa idéia foi útil, em termos políticos, para desenvolver o próprio conceito de feminismo, diferenciando-o, no contexto específico das discussões que tinham lugar nos Estados Unidos e na Inglaterra, do "pensamento de esquerda". O reconhecimento político das mulheres como coletividade ancora-se na idéia de que o que une as mulheres ultrapassa em muito as diferenças entre elas. Dessa maneira, a "identidade" entre as mulheres tornava-se primária.

⁵Estou seguindo aqui basicamente a GRANT, Judith: *Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theory*. Routledge, New York, 1993.

Mas, qual é a base para essa identidade entre mulheres? Nessa linha de pensamento, a categoria "mulher" é pensada como incluindo traços biológicos e, também, aspectos socialmente construídos. Em termos gerais, as feministas radicais sublinharam a conexão entre mulheres através do tempo e das culturas, considerando que o corpo feminino era uma pré-condição necessária para a permanência da opressão patriarcal.⁶ E, se a ênfase concedida aos aspectos biológicos colocava o feminismo num terreno potencialmente essencialista, o desenvolvimento do conceito de opressão incidiu num alargamento dos significados do político.

Compreender esse alargamento exige levar em conta o contexto no qual se desenvolviam essas discussões. Essas feministas contestavam concepções presentes no pensamento de esquerda influenciado pelo marxismo, para as quais a política é um discurso racional que define a exploração de acordo com critérios determinados objetivamente: a classe, por exemplo, é uma condição de exploração e opressão objetiva. Considerou-se que esse tipo de definição resultava pouco apropriada para o feminismo, na medida em que as mulheres estão presentes em grupos que, nesses termos, poderiam ser definidos como “oprimidos” e “opressores” -- seguindo esses critérios objetivos, mulheres tais como as brancas de classe média não seriam consideradas "oprimidas". As feministas afirmaram que todas as mulheres sofriam opressão. Essa afirmação era justificada definindo de maneira diferente a opressão. Segundo elas, antes que nada, era necessário prestar atenção às experiências femininas: a opressão incluiria tudo o que as mulheres “experenciasssem” como opressivo. Dessa maneira, as feministas radicais afirmaram a validade das teorias subjetivas da opressão contra as “objetivas”.

As questões que o movimento de liberação das mulheres definiam como políticas não podiam, muitas vezes, ser enquadradas nas instituições tradicionalmente coercitivas tais como o capitalismo ou o Estado. Isto é interessante porque, ao definir o político de tal maneira que acomodasse as novas concepções de opressão, toda atividade que perpetuasse a dominação masculina passou a ser considerada como política. Nesse sentido, a política passava a envolver qualquer relação de poder, independentemente de estar ou não relacionada com a esfera pública.

Considerando que as mulheres eram oprimidas enquanto mulheres e que suas experiências eram prova de sua opressão, se chegou à conclusão de que a opressão feminina devia ser mapeada no espaço em que as mulheres a viviam, isto é, nas suas vidas cotidianas. A conhecida idéia "o pessoal é político" foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher.

⁶Os conceitos fundamentais da teoria feminista deste período devem ser entendidos pensando que a visão hegemônica na teoria feminista era a da perspectiva das mulheres brancas de classe média. A categoria "mulher" era implicitamente associada a "mulher branca", o que será contestado seriamente mais tarde.

Esses relacionamentos eram considerados, sobretudo, políticos, na medida em que político é essencialmente definido como poder.

Essa redefinição do político tem uma importância enorme. Em termos de prática política, as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social e isto as levou a tentar agir nas mais diversas esferas. Em termos teóricos, elas trabalharam com uma idéia global e unitária de poder, o patriarcado, numa perspectiva na qual cada relacionamento homem/mulher deveria ser visto como uma relação política. As instituições patriarcais seriam aquelas desenvolvidas no contexto da dominação masculina. Como a dominação masculina estaria presente através do tempo e das culturas, poucas instituições poderiam escapar ao patriarcado. Tomando como ponto de partida a idéia de que os homens universalmente oprimem as mulheres, o pensamento feminista procurou explicar a forma adquirida pelo patriarcado em casos específicos.

Essa perspectiva de análise dava como estabelecido que as mulheres compartilhavam uma realidade diferente da dos homens. As feministas radicais argumentaram que a dominação masculina excluía as mulheres da história, da política, da teoria, e das explicações prevalentes da realidade. Esses argumentos tiveram consequências na produção científica. As teóricas feministas passaram a revisar as produções disciplinares perguntando-se como seriam diferentes se elas -- história, antropologia, ciência política, etc -- tivessem considerado relevante considerar o 'ponto de vista feminino'. As formas tradicionais de explicação das diversas disciplinas foram perscrutadas na procura de conceitos apropriados para dar conta da opressão feminina e da realidade das mulheres. Nesse caminho, os conceitos existentes foram confrontados e alguns adquiriram novos conteúdos.

A efervescência acadêmica provocada pelos interesses feministas deu lugar à crescente acumulação de um corpo de dados sobre "a situação da mulher". Assim, se constituíram e consolidaram os estudos da mulher nas mais diversas disciplinas -- a antropologia da mulher, a história das mulheres. Esses estudos confrontaram aspectos dessas disciplinas. Mas, a acumulação de informação sobre a diversidade de experiências femininas e a sofisticação crescente das perspectivas acadêmicas orientadas pelo feminismo conduziram, também, ao caminho oposto, isto é, à contestação de vários dos conceitos e categorias com os quais o pensamento feminista estava operando. E um dos primeiros alvos desses questionamentos foi a utilização do patriarcado como categoria de análise.

O conceito de patriarcado, útil do ponto de vista da mobilização política, colocou sérios problemas no que se refere à apreensão da historicidade da condição feminina. O conceito foi importante na medida em que distinguia forças específicas na manutenção do sexismo e útil, em termos da tentativa feminista de mostrar que a subordinação feminina, longe de ser

inevitável, era a naturalização de um fenômeno contingente e histórico, era que se o patriarcado teve um início poderia ter um fim. O pensamento feminista procurou no patriarcado a idéia de uma origem, de um tempo anterior, quando teria começado a história da opressão das mulheres -- a organização social contemporânea atualizaria a ordem existente nas sociedades arcaicas, na qual a dominação era exercida por homens. O problema é que a utilização desse termo fora do seu contexto obscurecia a compreensão das relações sociais que organizam diversas formas de discriminação. .

O conceito de patriarcado foi estendendo-se no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o decorrer do tempo, o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina, um sistema opressivo tratado, às vezes, quase como uma essência. Assim, o conceito colocou problemas delicados em termos metodológicos, ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. Embora esse conceito não tenha sido inteiramente abandonado, hoje resulta fácil critica-lo, por sua generalidade – universalizando uma forma de dominação masculina situada no tempo e no espaço –, por ser considerado um conceito trans-histórico e trans-geográfico⁷ e, ainda, porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável.⁸ Mas, é importante compreender que o patriarcado, assim como outras explicações da origem e as causas da subordinação feminina, tinham o objetivo de demonstrar que a subordinação da mulher não é natural e que, portanto, é possível combatê-la.

As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão. Esse quadro de efervescência intelectual é o contexto no qual se desenvolve o conceito de gênero.

Mulher "versus "gênero"?

Na atualidade é comum opor os "estudos sobre mulher" aos "estudos de gênero". Ao mesmo tempo, ainda é freqüente a confusão entre "gênero" e "mulher". As duas situações são compreensíveis quando se pensa na história do pensamento feminista. Quero dizer que

⁷ Ver: HEINEN, Jacqueline: "Patriarcat", in HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle (coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000, p. 145. Para críticas a esse conceito na produção brasileira ver: SAFFIOTI, Heleieth: "Rearticulando gênero e classe social" e SOUZA LOBO, Elizabeth: "O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho", in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero*. Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992, pp. 193, 194, 259, 260.

⁸ SCOTT, Joan: *Gender and the politics of history*. Columbia University Press, 1988, p. 34.

o conceito de gênero se desenvolveu no marco dos estudos sobre "mulher" e compartilhando vários dos seus pressupostos. Mas, a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres.

Isto fica claro quando prestamos atenção à publicação do ensaio que marcou o pensamento feminista ao introduzir o conceito de gênero no debate sobre as causas da opressão da mulher. Embora o termo gênero já fosse utilizado, foi a partir da conceitualização de Gayle Rubin que este começou a difundir-se com uma força inusitada até esse momento.⁹ O ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*¹⁰, publicado em 1975, escrito quando sua autora era uma aluna de pós-graduação, se tornou uma referência obrigatória na literatura feminista.

No marco do debate sobre a natureza, gênese e causas da opressão e subordinação social da mulher, Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana, e nas quais estas necessidades sociais transformadas são satisfeitas. Perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas em mulheres -- “a passagem de fêmea, como se fosse matéria prima, à mulher domesticada”, a autora elabora o conceito sistema de sexo/gênero -- “um conjunto de arranjos através dos quais a matéria prima biológica do sexo humano e da procriação é modelada pela intervenção social humana” --, localizando essa passagem no trânsito entre natureza e cultura, especificamente, no espaço da sexualidade e da procriação.

A discussão acerca de como operam esses "arranjos" foi desenvolvida através da leitura crítica de diversos autores, particularmente Lévi-Strauss e Freud. Embora questionando aspectos da obra desses autores, Rubin utiliza as ferramentas conceituais que eles oferecem. Sua intenção é utilizá-las para desenvolver, de maneira mais apropriada, a definição do sistema sexo/gênero. Assim, seria possível descrever a parte da vida social que seria o *locus* da opressão da mulheres e das minorias sexuais.

Rubin pensa o intercâmbio de mulheres Levistraussiano -- um dos princípios fundamentais do parentesco, na teoria desse autor -- como conceito que situa e “explica” a opressão das mulheres dentro dos sistemas sociais. “Explica”, no sentido em que, para ela, o “intercâmbio de mulheres” não seria uma definição de cultura, nem um sistema em si mesmo, mas a percepção de certos aspectos das relações sociais de sexo e gênero cujo resultado é a ausência de plenos direitos para as mulheres. Para Rubin, o “intercâmbio de

⁹ O termo gênero foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo. Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia). O produto do trabalho da cultura sobre a biologia era a pessoa "acabada" *gendered*, homem ou mulher. HARAWAY, Donna: "Gender for a marxist dictionary", in: *Symians Cyborgs and Women*, 1991.

¹⁰ RUBIN, Gayle: "The traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex" IN: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women*. Monthly Review Press, New York, 1975.

mulheres” seria um “primeiro passo” para a construção de conceitos através dos quais pensar a subordinação das mulheres, na medida em que mostraria essa subordinação como produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos. Isto leva a autora a pensar na necessidade de estudar cada sociedade para determinar os mecanismos através dos quais as convenções da sexualidade se produzem e mantêm.

Na formulação de Rubin, no que se refere à diferença sexual, a cultura se sobrepõe à natureza. Na perspectiva da autora, se a natureza fornece “dados”, esses dados mostrariam que a “diferença” é, sobretudo, cultural. Isso é claramente expressado na seguinte formulação:

Homens e mulheres são, é claro, diferentes. Mas nem tão diferentes como o dia e a noite, a terra e o céu, yin e yang, vida e morte. De fato, desde o ponto de vista da natureza, homens e mulheres estão mais próximos entre si do que com qualquer outra coisa - por exemplo, montanhas, cangurus ou coqueiros. A idéia de que homens e mulheres diferem mais entre si do que em relação a qualquer outra coisa deve vir de algum outro lugar que não [seja] a natureza... longe de ser a expressão de diferenças naturais, a identidade de gênero é a supressão de similaridades naturais.¹¹

Para Rubin, o parentesco criaria gênero. Seguindo, até certo ponto, os argumentos de Lévi-Strauss¹² no que se refere às pré-condições necessárias para a operação dos sistemas de casamento, ela considera que o parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco, formas empíricas e observáveis de sistemas sexo/gênero, cujas formas específicas variariam através das culturas e historicamente, envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais. Desta maneira poderia se dizer que, para a autora, gênero é um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através do parentesco. Mas, se na formulação de Rubin, gênero é concebido como um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres através de relações instauradas pelo parentesco, ainda se ancora em bases naturais.¹³

A leitura que Rubin faz dos autores com os quais trabalha não a afasta dos pressupostos teórico-metodológicos desses autores. Ao contrário, para “desnaturalizar” a subordinação das mulheres, ela propõe, explicitamente, “imitá-los”, “nos métodos, não nos resultados”.¹⁴ A autora pensa em termos de universais e opera com uma série de dualismos -- sexo/gênero, natureza/cultura --, que se tornarão alvo das críticas feministas posteriores. Ao mesmo tempo, o ensaio de Rubin mostra deslocamentos no debate feminista da época.

¹¹ RUBIN GAYLE, op. cit. o. 179. Tradução minha.

¹² LÉVI-STRAUSS, Claude: *A Família, origem e evolução*. Editorial Villa Marta, Porto Alegre, 1980.

¹³ "... a sex/gender system is the set of arrangements by which a society transforms biological sexuality into products of human activity, and in which these transformed sexual needs are satisfied". Rubin, op. cit., p. 159.

¹⁴ Ibid. . 169.

Dois desses deslocamentos são particularmente significativos. O primeiro deles está relacionado com a proposta de pensar nas construções sociais da mulher em termos de sistemas culturais.

Ao formular essa proposta, Rubin insere-se numa linha de autoras que procuram afastar-se de recortes parciais tais como os desenvolvidos pelas feministas que se limitaram a analisar a realidade das mulheres, sem recorrer à totalidade dos sistemas culturais para explicar essas realidades. Na introdução à coletânea na qual Gayle Rubin publicou seu texto, Rayna Reiter explicita essa abordagem da seguinte maneira:

Necessitamos novos estudos que focalizem mulheres... mas o resultado final desta aproximação será uma nova orientação da antropologia para que ela estude a humanidade. Focalizando primeiro as mulheres, devemos redefinir as questões importantes, reexaminar todas as teorias prévias e ser críticas em nossa aceitação do que constitui o material empírico. Armadas por esta consciência podemos proceder a novas investigações de gênero, na nossa e em outras culturas.

Nessas palavras fica claro que esse foco nas mulheres é pensado como porta de entrada para compreender como operam as categorias através das quais são conformados os sistemas históricos de diferenciação sexual. Precisamente a ênfase na operação do sistema, a insistência na relevância de compreender a “totalidade”, marcam a linha de pensamento no marco do qual foi criado o conceito de gênero

O segundo deslocamento perceptível na elaboração do sistema sexo/gênero está associado à exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder. Nesse sentido, o conceito de gênero é oferecido, com uma justificativa interessante, como categoria de análise alternativa ao patriarcado. Gayle Rubin afirma a importância de manter uma distinção entre a capacidade e necessidade humanas de criar um mundo sexuado, por um lado e, por outro, as formas empiricamente opressivas através dos quais os mundos sexuados foram organizados. O Patriarcado subsumiria os dois significados num mesmo termo. Os sistemas de parentesco, objeto do trabalho de Rubin, "constituiriam formas empiricamente observáveis de sistemas de sexo e gênero". E o mais importante em termos da comparação com a categoria patriarcado é que o sistema sexo/gênero seria um termo neutro, na medida em que se referiria a esses mundos sexuados indicando que neles a opressão não é inevitável. A opressão seria o produto de relações sociais específicas.

O trabalho de Gayle Rubin insere-se numa linha de questionamentos à idéia monolítica de opressão feminina universal. As autoras que participaram da coletânea na qual ele foi publicado, *Toward an Anthropology of Women*, assumem a pergunta feminista sobre as causas de opressão. Mas, elas propõem uma análise crítica e mais complexa sobre a operação do poder entre os sexos, afirmando a necessidade de precisar termos usuais nas discussões feministas, tais como a noção de dominância masculina (*dominance*). Porque, para elas, o que está em questão podem ser coisas de natureza tão diversa como uma estrita divisão sexual do trabalho na qual as atividades masculinas são particularmente valorizadas

ou situações nas quais os homens controlam concretamente as mulheres. O que se objeta é que idéias vagas e pouco precisas sobre o que seja dominância masculina não permitem descobrir aspectos básicos sobre as relações entre os sexos. E algo ainda mais grave, essa universalização da dominância masculina resulta pouco apropriada quando se trata dos grupos "primitivos", com os quais a antropologia trabalhou tradicionalmente, pois não haveria muitos indícios de que esses povos dicotomizem seu mundo em termos de domínios de poder.

O que me interessa reter de tudo isto é que o conceito de gênero começou a ser desenvolvido como uma alternativa ante o trabalho com o patriarcado. Ele foi produto, porém, da mesma inquietação feminista em relação às causas da opressão da mulher. A elaboração desse conceito está associada à percepção da necessidade de associar essa preocupação política a uma melhor compreensão da maneira como o gênero opera em todas as sociedades, o que exige pensar de maneira mais complexa o poder. Vemos, assim, que as perspectivas feministas que iniciaram o trabalho com gênero mantêm um interesse fundamental na situação da mulher, embora não limitem suas análises ao estudo das mulheres.

Em termos da teoria social, é inegável que uma longa tradição de pensamento operou com a idéia de diferença sexual como princípio classificatório universal¹⁵ e com a percepção do caráter relativamente cultural dessa diferença -- e penso, concretamente nas abordagens que trabalham com papéis sexuais¹⁶. E, se as primeiras elaborações do conceito de gênero inserem-se nessa tradição, não deixam de distanciar-se dessas abordagens a partir da intensa politização da diferença sexual.¹⁷

¹⁵ Ver DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel: "De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribución al estudio de las representaciones colectivas". (1903) IN: MAUSS, Marcel: *Institución y Culto. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones*, Barral Editores, Barcelona, 1971 Nesse ensaio há vários dos elementos que serão relevantes em diversas perspectivas teóricas que trataram da diferença sexual. Refiro-me às idéias da diferenciação sexual como princípio de diferenciação universal; da sexualização dos mundos vividos como produto de classificações associadas às classificações que os homens fazem de si próprios; à hierarquia ordenando essas classificações, a noção de relação entre categorias de elementos classificados, e à idéia de valor aproximando ou separando as idéias. Essas idéias informam a produção de autores e autoras que trabalharam, em diversas perspectivas teóricas, com a idéia de diferença sexual

¹⁶ A teoria dos papéis sociais preocupa-se com os fatores que influenciam o comportamento humano. Nessa perspectiva, os indivíduos ocupam posições na sociedade, e o desempenho de seus papéis nessas posições é determinado por normas e regras sociais, assim como pelo desempenho que outros fazem de seus papéis. À maneira do teatro, esta perspectiva assume que o desempenho dos papéis resulta das prescrições sociais e do comportamento dos outros, e que as variações individuais na atuação se expressam dentro do quadro criado por esses fatores. A idéia de posições ocupadas no desempenho dos papéis faz referência a categorias de pessoas, categorias que são reconhecidas coletivamente. Um dos atributos possíveis que pode operar como base para a definição dessas categorias é a idade, estabelecendo as posições a partir das quais crianças e adultos agem no desempenho de seus papéis. Outro desses atributos pode ser o sexo. Neste caso, homens e mulheres desempenham papéis culturalmente construídos em posições que derivam do seu sexo biológico: os papéis sexuais. BIDDLE, Bruce e THOMAS, E: *Role Theory: Concepts and Research*, John Wiley and Sons. New York, 1966.

¹⁷ Na perspectiva dos papéis, autores como Margareth Mead (ou, entre os sociólogos, Talcott Parsons) apontaram para o caráter de construção cultural da diferença sexual, integrando, de maneiras diversas, a formação da personalidade com a análise da divisão do trabalho concebida, sobretudo, em termos de papéis sexuais. O problema é que, em função das perspectivas teóricas com as que trabalhavam, o campo das relações entre os sexos era estabelecido em torno das idéias de costume e estabilidade social, minimizando a dimensão política das relações entre os sexos. Precisamente, esse é um dos

Reformulações do conceito de gênero

Em poucos anos a idéia de gênero, pensada sobre a base da diferenciação com o sexo foi difundindo-se com uma rapidez extraordinária. Vou oferecer, como exemplo, uma versão do conceito de gênero corrente no final da década de 1970. Judith Shapiro, uma antropóloga americana escreveu o seguinte:

[Os termos] sexo e gênero são úteis para a análise uma vez que contrastam um conjunto de fatos biológicos com um conjunto de fatos culturais. Sendo escrupulosa em meu uso dos termos, utilizaria o termo "sexo" apenas para falar da diferença biológica entre macho e fêmea, e "gênero" quando me referisse às construções sociais, culturais, psicológicas que se impõem sobre essas diferenças biológicas. Gênero designa um conjunto de categorias às quais outorgamos a mesma etiqueta porque elas têm alguma conexão com diferenças sexuais. Estas categorias, no entanto, são convencionais ou arbitrárias. Elas não são redutíveis e não derivam diretamente de, fatos naturais, biológicos, e variam de uma linguagem a outra, de uma cultura a outra, na maneira em que ordenam experiência e ação. ¹⁸

A distinção sexo/gênero, expressa nesta citação, remete a certos pressupostos que constituem os nós do debate sobre o conceito de gênero na beirada dos anos 90. Ela já implica uma postura crítica ao permitir explicar e retirar legitimidade à suposta homologia entre diferenças biológicas e sociais.¹⁹ No entanto, o faz utilizando vários elementos que são hoje seriamente atacados e, entre esses, particularmente, a distinção dual entre natureza e cultura utilizada à maneira de explicação universal.

As posturas das autoras que discutem atualmente o conceito de gênero são extremamente variadas. Elas oscilam entre realizar uma crítica a várias das idéias associadas à distinção sexo/gênero, procurando saídas sem abandonar, porém, princípios associados à noção de gênero, ou, ao contrário, procurar categorias alternativas uma vez que pensam o gênero como par inseparável numa distinção binária. Este movimento de re-elaboração teórica que questiona o conceito de gênero está, por sua vez, associado a uma re-elaboração, muitas vezes conflitiva, dos pressupostos teóricos e políticos feministas.

aspectos mais criticados dessa abordagem. Robert Connel sintetiza essas críticas afirmando que não falamos em papéis raciais ou de classe, porque o exercício do poder nessas áreas é mais óbvio para os sociólogos. No entanto, quando se trata de papéis sexuais, a dicotomia biológica parece ter convencido os teóricos de que não há relação de poder presente. Os papéis masculinos e os femininos são tacitamente tratados como iguais, diferentes no conteúdo, mas complementares. CONNELL, Robert: *Gender and Power*. Stanford University Press, California, 1987.

¹⁸ SHAPIRO, Judith: (1981) "Anthropology and the study of gender" IN: *Soundings, an interdisciplinary journal*. 64, n. 4: 446-65.

¹⁹ Para algumas teóricas, a distinção sexo/gênero já colocava uma ruptura com o ideário modernista uma vez que as diferenças de gênero emergiam dela com características altamente significativas: homens e mulheres, distintos e divididos, já não podiam conformar, indiferenciadamente, a humanidade. Veja-se DI STEFANO, Cristina: " Dilemas of Difference", 75-76 citado em Harding, 1992, p. 183.

A produção feminista recente que trata desta discussão é imensa e impossível de abarcar neste texto. Minha intenção é, apenas, levantar algumas questões que me parecem significativas, centrando-me nos escritos de algumas autoras contemporâneas que trabalham no âmbito de horizontes disciplinares diversos. Ao mesmo tempo, enquanto teóricas feministas, mantêm um diálogo intenso num campo interdisciplinar de conhecimento.

Donna Haraway, bióloga e historiadora da ciência, expressa uma posição particularmente crítica em relação ao conceito de gênero, embora seja ambivalente no que se refere ao seu uso. A autora inscreve-se na linha de pensadoras -- basicamente epistemólogas -- que realizam uma crítica incisiva à construção do conhecimento "ocidental". Seus questionamentos, centrados particularmente na noção de "objetividade", discutem os pressupostos subjacentes à construção desse conhecimento. No quadro dessa discussão, Haraway aponta um problema central que considera inerente aos conceitos de gênero: os conceitos remeteriam, necessariamente, a uma distinção com o sexo na qual nem o sexo, nem as raízes epistemológicas da lógica de análise implicada na distinção e em cada membro deste par, seriam historicizados e relativizados.

Segundo a autora, na insistência no caráter de construção social do gênero, o sexo e a natureza não foram historicizadas e, com isso, ficaram intactas idéias perigosas relacionadas com identidades essenciais tais como "mulheres" ou "homens". Desta maneira, assumindo a distinção sexo/gênero o poder de desconstruir como os corpos, sexualizados e racializados, aparecem como objetos de conhecimento e espaços de intervenção na biologia estaria perdido. Além disto, Haraway considera que a categoria de gênero obscurece ou subordina todas as outras -- raça, classe, nacionalidade -- "outras", que emergem nitidamente das 'políticas da diferença'. O problema reside no gênero como identidade global (e central).

Para a autora, a categoria de gênero adquiriria poder explicativo e político se historicizasse outras categorias -- sexo, carne/*flesh*, corpo, biologia, raça e natureza --, de tal maneira que a oposição binária e universalizante, elaborada em algum momento e lugar na teoria feminista, explodisse em teorias da corporificação/*embodiment*, articuladas, diferenciadas, localizadas e nas quais a natureza não fosse mais imaginada e atuada/ *enacted* como um recurso/*ressource* para a cultura, ou como o sexo para o gênero.

É importante chamar a atenção para o fato de que essas críticas mostram deslocamentos nos referenciais teóricos que as distanciam dos pressupostos presentes nas primeiras formulações do conceito de gênero. Esses deslocamentos coincidem, também, com intensas reivindicações relativas à diferença internas ao movimento, formuladas por mulheres negras, do "Terceiro Mundo" e lésbicas. As autoras que se engajaram nas críticas aos pressupostos presentes na distinção sexo/gênero, entre as que se contam teóricas que elaboraram re-formulações do conceito de gênero, revelam a influência de referenciais

teóricos fortemente influenciados pelo podemos chamar de aproximações desconstrutivistas.²⁰

Algumas dessas autoras reconhecem sua dívida com o pós-estruturalismo, outras preferem considerar-se alinhadas ao pensamento pós--moderno. Essas denominações, utilizadas nas discussões feministas, muitas vezes, como se fossem intercambiáveis, apresentam uma série de problemas²¹, mas, para além de confusões terminológicas, as autoras engajadas em abordagens desconstrutivistas compartilham certos posicionamentos, particularmente, uma série de questionamentos feitos aos modelos teóricos totalizantes: contestam a validade dos modelos que buscam analisar e explicar as transformações históricas pressupondo, por exemplo, a continuidade de certas estruturas e/ou instituições; questionam, também, as abordagens que formulam uma compreensão da diferença tendo como referência um Outro exógeno, externo, procedimento que mantém o princípio de uma unidade e coerência cultural interna; trabalham com uma noção pulverizada de poder, com a idéia de dissolução do sujeito universal autoconsciente²²; valorizam a linguagem e o discurso como práticas relacionais que produzem e constituem as instituições e os próprios homens enquanto sujeitos históricos e culturais e compreendem, enfim, a produção de saber e significação como ato de poder.

Esse estilo de pensamento é evidente em reformulações das conceitualizações de gênero desenvolvidas no marco de diferentes abordagens disciplinares -- e a idéia de gênero como categoria de análise que possibilite compreender a construção (inteiramente) social da diferença sexual de Joan Scott é um exemplo.²³ Parece-me importante deter-nos em alguma dessas re-elaborações.

As formulações da filósofa Judith Butler, autora que vem ganhando popularidade entre as/os jovens pesquisadores/as no Brasil, são interessantes na medida em que, mostrando esses deslocamentos, permitem perceber a distância em relação às primeiras formulações do

²⁰ Da maneira como é utilizado por Derrida, o termo desconstrução refere-se especificamente ao processo de desvendar as metáforas de maneira que seja possível revelar sua verdadeira lógica, que costuma consistir em oposições binárias simples. Embora não desenvolvendo “estritamente” a metodologia de Derrida, muitas das autoras envolvidas nos debates contemporâneos de gênero consideram que trabalham numa abordagem “desconstrutivista” uma vez que olham criticamente para os supostos sustentados pelas diversas disciplinas, examinando e “desmontando” seus modos de discurso. Esta acepção de “desconstrução” é, entretanto, criticada por feministas que só admitem sua utilização em sentido “estrito”. Para algumas dessas críticas, vide STRATHERN Marilyn: “Between a Melanesianist and a feminist”, *Reproducing the future, Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*. Routledge, New York, 1992, pp. 69-71.

²¹ Há várias discussões sobre os problemas apresentados por esse tipo de denominações. Eleni Varikas explicita as objeções a esses rótulos, muitas vezes utilizados como intercambiáveis, particularmente no debate feminista desenvolvido nos Estados Unidos, assinalando que o que nessa discussão é conhecido, criticado e debatido como pós-estruturalismo francês é o produto de uma apropriação seletiva e de uma re-elaboração, em certos círculos universitários americanos, do pensamento de uma série de intelectuais franceses, ignorando tensões sérias entre as obras dos diversos pensadores que dificilmente seriam assim agrupados na França e que provavelmente rejeitariam essa designação. Varikas também discute as incongruências da utilização do termo (pós)modernismo, que, ao mesmo tempo que propõe a crítica de uma temporalidade linear não consegue deixar de ter afinidades com essa mesma visão linear do tempo. VARIKAS, Eleni: *Féminisme, Modernité, Postmodernisme. Observations pour un dialogue des deux côtés de l’océan*, mimeo, 1993.

²² Seguindo a BESSA, Karla, *Pós-modernismo*. Mimeo, IFCH, 1995.

²³ SCOTT, Joan, op. cit.

conceito de gênero, elaboradas tentando explicar a subordinação universal da mulher. Butler discute a distinção sexo/gênero questionando suas raízes epistemológicas. Desenvolvendo uma discussão crítica sobre os modos de operação das relações binárias – gênero/sexo; homens/mulheres, sujeito/outro – a autora confronta as conceitualizações que pensam as identidades como fixas. Esclareço que não pretendo discutir aqui os méritos (e problemas) do trabalho dessa autora. Apenas introduzir algumas de suas idéias, de maneira que possam operar como referência para compreender os deslocamentos teóricos aos que me referi acima.

Para Butler, a distinção sexo/gênero assume pressupostos que devem ser discutidos. A autora considera necessário refletir, de maneira crítica, sobre os meios através dos quais sexo e gênero passaram a ser considerados como “dados”. Com esse objetivo, ela propõe uma pesquisa genealógica que, ao mostrar como foi construída a dualidade sexual, como diversos discursos científicos produziram essa dualidade discursivamente, desafie o caráter imutável do sexo. Nesse procedimento, o sexo aparece como culturalmente construído. Por esse motivo, Butler considera que o gênero não deveria ser pensado como simples inscrição cultural de significado sobre um sexo que é considerado como “dado”. Gênero deveria designar o aparelho de produção, o meio discursivo/cultural através do qual a natureza sexuada, ou o sexo “natural” são produzidos e estabelecidos como pré-discursivos²⁴.

Segundo a autora, é necessário reformular "gênero", de maneira que possa conter as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo. Gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. Uma genealogia política bem sucedida de ontologias de gênero desconstruiria a aparência substantiva do gênero em seus atos constitutivos e localizaria e descreveria esses atos dentro dos marcos compulsivos estabelecidos por forças diversas que "vigiam" a aparência social do gênero.

E, seguindo um dos insights mais interessantes de Rubin, Butler afirma que a produção disciplinar do gênero produz estabilizações falsas para os interesses da construção heterossexual e a regulação da sexualidade dentro do domínio reprodutivo. As descontinuidades de gênero que têm lugar nos múltiplos contextos nos quais o gênero não deriva do sexo e o desejo e a sexualidade não seguem o gênero, são ocultadas por construções de gênero sempre coerentes. Gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo, produzindo a aparência de uma substância, de uma espécie de ser natural. Atos e gestos produziram o efeito de uma substância. Mas, esses atos e gestos seriam "performáticos", no sentido em

²⁴ Butler, Judith: *Gender Trouble. Feminism and the Subversion of Identity*. Routledge, New York, 1990: 6-7.

que a essência ou identidade que supostamente expressam são construções manufaturadas e sustentadas através de signos corporais e de outros meios. Na perspectiva de Butler, gênero poderia ser considerado como um "ato" intencional e, ao mesmo tempo, "performático", no sentido de construção dramática e contingente de significado.²⁵

A autora parte do reconhecimento de que gênero se intersecta com diversas modalidades de identidades constituídas discursivamente -raciais, de classe, étnicas, sexuais, etc.- motivo que torna impossível separar "gênero" das intersecções políticas e culturais nas quais é produzido e sustentado. Afirma, também, que o gênero não se constitui de modo coerente ou consistente em diversos contextos históricos. A análise de Butler centra-se basicamente nesse último aspecto mostrando, de modo brilhante, através de exemplos de diferentes momentos de "culturas ocidentais" como as incoerências possibilitam perceber a fluidez do gênero.

As perspectivas de várias das autoras que participam nas discussões atuais sobre gênero, entre as quais é possível inserir a produção de Butler, embora diferenciadas, coincidem na radicalização dos esforços por eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira "não identitária". Isto é, rejeitando os pressupostos universalistas presentes na distinção sexo/gênero, convergem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos.²⁶ Essas abordagens contrapõem a idéia de fluidez à (relativa) fixidez do gênero ancorado em bases biológicas presente nas primeiras formulações de gênero; a noção de múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira "difusa" à idéia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre múltiplas diferenças e desigualdades ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher.

A difusão desses referenciais teóricos que convergem na tentativa de compreender a relação entre sistemas de dominação e produção de diferenças contribuíram na abertura de linhas pesquisa e reflexão sobre gênero não centradas nas mulheres. Refiro-me concretamente à vasta produção dos estudos sobre masculinidade e, também, aos estudos *queer* (termo frequentemente traduzido no Brasil como estudos de gays e lésbicas) para os quais a obra de Judith Butler é altamente inspiradora.²⁷ No âmbito das discussões feministas, porém, as

²⁵ Butler, op. cit.: 134-139.

²⁶ Embora esta seja terminologia específica de Judith Butler, diversas autoras contemporâneas coincidem nos esforços acima apontados. Vide, por exemplo, STRATHERN, Marilyn, 1988 *The Gender of the Gift*. University of California Press, 1988; Haraway, Donna, *Simians, Cyborgs, and Women. The Reinvention of Nature*. Routledge, New York, 1991.

²⁷ Nesse sentido, é sugestivo perceber que em diversas livrarias estadunidenses os estudos de masculinidade ocupam as prateleiras dos *gender studies*, enquanto estudos focalizando mulheres desenvolvidos, às vezes, no marco dos mesmos referenciais que certos estudos de masculinidade, são colocados no espaço destinado aos *women's studies*, que abriga livros feministas.

formulações desconstrutivistas, têm provocado reações negativas. Essas reações, que convergem em assinalar a incompatibilidade entre essas abordagens e a prática política feminista – “gênero sem mulheres?” --, mostram questionamentos à “despolitização” da pesquisa acadêmica e um acirramento nas tensões entre produção teórica e mobilização política. É importante prestar atenção a esses argumentos pois eles possibilitam a compreensão do contexto no qual algumas autoras propõem uma nova utilização da categoria “mulher”.

“Desconstrutivismo” e feminismo

No marco de pensamento feminista, os questionamentos melhor fundamentados às abordagens pós-modernas apontam para as incongruências presentes, no terreno filosófico, entre essas abordagens e o projeto feminista, considerado, enquanto crítica e projeto de sociedade, como inexoravelmente ancorado na tradição da “modernidade”. Varikas sintetiza essas críticas mostrando que as noções e os pressupostos em torno dos quais se desenvolveu o feminismo referem-se implícita ou explicitamente a uma filosofia “moderna” da história, centrada na idéia de emancipação como resultado de uma marcha progressiva do progresso ou da razão.

Nesse sentido, haveria uma incongruência entre os pressupostos nos quais se ancoram as formulações contemporâneas de gênero e aqueles que orientam o feminismo. Vale lembrar que esses últimos incluem a percepção da realidade como uma estrutura que a razão aperfeiçoada tem condições de descobrir através da pesquisa científica; a noção de um sujeito racional e unificado capaz de agir de maneira consciente e coerente para a sua própria liberação; a conceitualização homogeneizante, até etnocêntrica, da categoria mulheres, na qual há uma tendência a minimizar ou apagar a diversidade; a visão de uma temporalidade linear e, finalmente, a pretensão a um ponto de vista crítico que englobe o conjunto das relações sociais injustas.²⁸

Esse tipo de crítica, porém, não deixa de considerar a potencial riqueza que alguns aspectos das perspectivas criticadas apresentam, permitindo interrogar pressupostos implícitos da reflexão feminista, freqüentemente não problematizados e atacados no seio do próprio movimento, tais como a impossibilidade de uma “universalidade” elaborada ou definida a partir de um único ponto de vista. Nesse sentido, os escritos das “mulheres de cor” ou “do Terceiro Mundo” têm recebido particular atenção²⁹, considerando que eles podem

²⁸ VARIKAS, op. cit., p. 2. Nesta linha de argumentação vide também SORJ, Bila: “O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade” in: COSTA e BRUSCHINI: *Uma questão de gênero*. Fundação Carlos Chagas/Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1992; TARDUCCI, Mónica: “Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología. In: TARDUCCI, Mónica: *La producción oculta, III Congreso Argentino de Antropología Social. Mesa de Trabajo: Antropología y Mujer*. Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 1990.

²⁹ Vide VARIKAS, op. cit., HARAWAY, op. cit. e DE LAURETIS Theresa: “Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness” *Feminist Studies*, 16, 1, 1990.

possibilitam a superação dos problemas epistemológicos que dominaram os pressupostos teóricos feministas.³⁰

Os questionamentos às perspectivas desconstrutivistas elaborados pelas feministas voltadas para o ativismo mostram que, entre elas, essas perspectivas ocupam um lugar no mínimo ambíguo, quando não abertamente negativo. Entre os argumentos com que essas perspectivas são atacadas, afirma-se que sua radical procura de desessencialização desestabiliza o “conceito/categoria” mulher(es), considerado como ponto de partida necessário para a teoria e política feministas.³¹

Linda Alcoff explica com clareza o dilema que as perspectivas desconstrutivistas colocam para o feminismo. A teoria feminista -- entendida como a reavaliação da teoria e a prática social desde o ponto de vista das mulheres --, assim como a política feminista -- voltada para a transformação da experiência vivida das mulheres na cultura contemporânea --, perfeitamente coerentes com uma perspectiva que pensa na cultura como construída sobre a base da supremacia masculina e o controle das mulheres (o patriarcado), têm suas raízes num conceito --mulher-- que agora parece ser preciso desessencializar em todos os aspectos. Mas a desconstrução -- que pode desconstruir *ad infinitum* --, ao não oferecer alternativas “positivas”, dificultaria acionar um movimento. Além de dissolver o sujeito político “mulheres”, as perspectivas desconstrutivistas também são acusadas de restabelecerem distâncias entre a reflexão teórica e o movimento político.³²

Entre os textos que tratam da relação contemporânea entre teoria e prática feminista, uma discussão publicada na Revista *Signs* é particularmente significativa. Trata-se de um debate, organizado por Heidi Hartmann em 1994, que explicita o desgosto com que muitas feministas olham para essas abordagens.³³ Todas as participantes nessa discussão estão

³⁰ É interessante perceber que as “mulheres de cor” ou “do Terceiro Mundo” também formulam sérias críticas às contradições colocadas pelas discussões pós-modernas. No entanto, essas críticas centram-se, sobretudo, no lugar que essas discussões estão ocupando na economia política da construção e difusão do conhecimento. “Mulheres de cor” e/ou “mulheres do Terceiro Mundo” afirmam que essas perspectivas, apesar de chamarem a atenção para as experiências das “diferenças”, tendem a apropriar-se delas através de mecanismos, mais uma vez, excludentes. bell hooks, por exemplo, questiona não tanto o “sentido” do pós-modernismo mas a linguagem cifrada em que ele se expressa: codificada em termos dos interesses de uma audiência que alija as vozes das pessoas negras, deslocadas, marginalizadas. Intelectuais do “Terceiro Mundo” assinalam que esses debates marginalizam, mais uma vez, o conhecimento das feministas “nativas”, sufocando outro tipo de aproximação. hooks, bell: “Postmodern Blackness” *Yearning, race, gender and cultural politics*. South End Press, 1990, pp. 24-26; OKEKE, Philomina: “Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa”. Conference Paper: *Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community*, janeiro 1996. University of Victoria, Victoria, B.C.

³¹ ALCOFF, Linda: “Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory”, *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 1988, vol. 13, n. 3, pp.414-415.

³² Vide MIES, Maria: “Liberating Women, Liberating Knowledge: Reflections on Two Decades of Feminist Research Action”. No especial de *Atlantis. A women's Studies Journal Revue d'études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory*, Volume 21.1, 1996, pp 10-25. Entretanto, é necessário sublinhar que alguns dos textos publicados neste volume, centrados na prática com mulheres do “Terceiro Mundo” localizadas no “Primeiro”, por exemplo, migrantes no Canadá, consideram as perspectivas “pós” fundamentais para desenvolver esse tipo de prática. Vide particularmente, LEE, Jo-Anne: *Power, praxis, positioning and subjectivities*, pp.142-153.

³³ HARTMANN, Heide, BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria: “Bringing Together Feminist Theory and Practice: a Collective Interview”. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, 1996, vol. 21, n. 4 pp.917-951.

vinculadas a diversas organizações destinadas a “promover” as mulheres nacional e internacionalmente. Várias dessas feministas afirmam que, no passado, foram teóricas e ativistas, mas, no presente, sentem-se apenas ativistas. Na atualidade, dizem, as perspectivas teóricas lhes resultam “pouco úteis”, inacessíveis, esotéricas, de difícil compreensão, excessivamente destacadas da prática e conduzindo a uma paralisia.³⁴

No debate surge o consenso de que as perspectivas desconstrutivistas, que têm monopolizado o discurso teórico feminista apagando as vozes de outras correntes, sublinham exageradamente as diferenças, reagindo ainda aos primeiros momentos do feminismo. As participantes na discussão teriam interesse numa teoria [feminista] que informasse as práticas feministas, que fosse “útil”, colaborando para gerar e sustentar movimentos de mulheres, desenvolvendo, por exemplo, perspectivas que oferecessem meios para reconhecer essas diferenças e, ao mesmo tempo, formar uma nova base para a solidariedade entre as mulheres.

A questão não seria procurar uma única visão ou voz, mas perguntar-se quais são os pontos em comum entre as mulheres. Nesse sentido, o “feminismo global”, pensado como a difusão do feminismo no mundo todo, constituiria um espaço privilegiado para desenvolver tipos de teorias que essas feministas, orientadas para o ativismo, sentem que precisam. Isto é, teorias “aproveitáveis”, a curto prazo, para traçar caminhos compatíveis com um projeto feminista ao mesmo tempo universalista e capaz de reconhecer as diferenças. O interesse em não apagar a diversidade de vozes leva a essas feministas -- que criticam as perspectivas “pós” por sua exacerbada ênfase nas diferenças --, a reconhecer a “utilidade” de uma série de trabalhos informados por essas perspectivas. E os trabalhos positivamente considerados são reflexões centradas nas diferenças: a produção que discute a intersecção gênero/raça -- uma vez que, embora desenvolvendo argumentos teóricos, tende a responder perguntas concretas -- e os trabalhos sobre multiculturalismo.³⁵ Essas críticas reconhecem, também, que essas perspectivas teóricas, quando operam com um foco internacional, enfatizam a compreensão da diferença evitando a construção do outro como um “exótico”.

Essas discussões, portanto, não estão apenas marcadas por leituras negativas das perspectivas desconstrutivistas. Nelas há, também, ambivalências em relação a essas abordagens uma vez que elas possibilitam por em destaque as diferenças. Essas ambivalências fazem sentido quando se pensa que, se o projeto feminista está ancorado na tradição da “modernidade”, ele também está marcado por uma inerente tensão entre universal e particular. As críticas às abordagens desconstrutivistas evidenciam, também,

³⁴ Paralisadoras no sentido em que, na leitura que elas fazem dessas perspectivas, “nada pode ser nomeado, porque tudo se desloca [*shifts*]” e “torna-se impossível dizer nós”, HARTMANN, Heide, BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta, WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria op. cit.

³⁵ Esses últimos são avaliados positivamente com um argumento sugestivo: neste caso as teorias seriam “mais avançadas” que a prática; elas outorgariam mais atenção ao assunto do que ele recebe no “mundo real”. A teoria, neste caso, seria “boa”, pois criaria um conjunto de “valores úteis” que serviriam de parâmetro para as pessoas e porque teria tido, como resultado, o aumento de atenção para essa questão.

confusões no que se refere ao significado de “fazer teoria”. Nesse marco de ambivalências e confusões, algumas autoras “abandonam” gênero, propondo uma nova utilização da categoria “mulher”. Vejamos quais são as particularidades dessa re-criação.

Gênero versus “mulher”?

A idéia de mulher agora proposta é apresentada como distante das elaborações do feminismo radical da década de 1970, isto é, como longe de qualquer tipo de essencialismo. Linda Nicholson marca as distâncias entre essa nova conceitualização e o “fundacionalismo biológico” -- a idéia de diferença entre uma base biológica fixa e uma superestrutura relativamente flexível, à maneira das primeiras formulações do conceito de gênero. A autora chama a atenção para a importância de não confundir fundacionalismo biológico e determinismo biológico. Esse último postula uma relação direta entre biologia, aspectos da personalidade e comportamento, na qual a biologia determina personalidade e comportamento. Segundo Nicholson, no fundacionalismo biológico os dados da biologia coexistem com os aspectos da personalidade e o comportamento, mas as relações entre eles são acidentais.³⁶ Assim, a “identidade sexual” não é entendida em termos puramente fisiológicos. Mas, para a autora, o fundacionalismo realiza um desafio incompleto ao entendimento da identidade sexual postulado pelo determinismo biológico, pois manteve a idéia de que há alguns dados fisiológicos que são usados de forma semelhante em todas as culturas para distinguir mulheres de homens, e são responsáveis, pelo menos parcialmente, por certos aspectos comuns nas normas de personalidade e comportamento.³⁷

O fundacionalismo biológico é percebido como um verdadeiro obstáculo à compreensão de diferenças entre mulheres e, também, de diferenças em relação a quem pode ser considerado homem e mulher em contextos específicos. Nos termos de Nicholson, ao enfatizar a “identidade sexual”, essa maneira de pensar na construção da diferença sexual permite o reconhecimento de diferenças entre mulheres. Mas, o faz de maneira limitada e problemática, conduzindo mais à coexistência entre diferenças do que a intersecção entre gênero, raça, classe, etc.

Bem, e como é essa nova formulação de “mulher”? Nos termos de Nicholson, trata-se de uma idéia de mulher que, atenta à historicidade, não tem um sentido definido. Isto é, seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas. Algumas dessas características exerceriam um papel dominante dentro dessa rede por longos períodos de tempo, em certos contextos -- o que não quer dizer que possam ser universalizadas.³⁸ Nessa proposta, não se trata de pensar em “mulheres como

³⁶ NICHOLSON, Linda, op. cit., p. 13.

³⁷ NICHOLSON, op. cit., p. 22.

³⁸ NICHOLSON, op. cit., p. 37.

tais”, ou “mulheres nas sociedades patriarcais”, mas em “mulheres em contextos específicos”.

Após acompanhar o percurso das conceitualizações de gênero, essa reformulação da categoria “mulher” resulta intrigante. Afinal, não é, precisamente, o esforço realizado a partir das elaborações e reformulações de gênero o que possibilita pensar seriamente como a idéia de “mulher” é concebida em contextos específicos? Que sentido tem, então, re-criar a categoria mulher? Trata-se de um retorno a um recorte parcial da realidade? Ou estamos frente a uma nova formulação com maior alcance explicativo que as conceitualizações de gênero? Qual seria esse alcance explicativo?

Parece-me que essas últimas pergunta não estão em questão. A discussão, aqui, não está situada (exclusivamente) no plano do conhecimento. O sentido da re-criação da categoria mulher é, sobretudo, político. Segundo Nicholson, a categoria mulher nos termos por ela propostos ofereceria uma dupla vantagem. Possibilitaria o reconhecimento de diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabilizaria a prática política – que, de acordo com a autora, não exige um sentido definido para o termo mulher. É claro que se trata de políticas de coalizão – de políticas compostas por listas de reivindicações relativas às diferentes necessidades dos grupos que constituem, temporariamente, a coalizão.

O conteúdo político dessa categoria é sublinhado de maneira mais explícita por Cláudia de Lima Costa, uma das autoras que propõem sua utilização no contexto do Brasil. Costa resgata abertamente as contribuições do pós-estruturalismo para a teoria feminista – e, de maneira significativa, essas contribuições são assinaladas a partir dos ganhos trazidos pelo conceito de gênero. Segundo a autora, trata-se da negação epistemológica de qualquer tipo de essência à mulher. Trata-se, também, da possibilidade de teorizar com mais destreza as complexas e fluidas relações e tecnologias de poder.³⁹ Mas, paradoxalmente no que se refere à construção de conhecimento, a insistência na re-criação da categoria mulher, abandona a utilização do gênero. Destaco esse aspecto, porque, em termos políticos, a proposição faz todo o sentido. Costa pede um retorno à noção de mulher, considerando-a, explicitamente, como categoria política – em vez do conceito de gênero cujos usos perversos o tem, às vezes, transformado em masculinidade.⁴⁰ De fato, e isso é claramente expressado nos escritos de Chantal Mouffe, a re-elaboração da categoria mulher é um esforço de compatibilizar as críticas ao essencialismo em suas diversas formas -- humanismo, universalismo, racionalismo --, com a formulação de um projeto político feminista, mostrando como essa compatibilização não é incongruente.⁴¹

³⁹ COSTA, Claudia de Lima: “O tráfico do gênero”, in: *Cadernos PAGU*, 11, 1998, p. 134.

⁴⁰ COSTA, op. cit., p. 138.

⁴¹ MOUFFE Chantal: “Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics”. In BUTLER, Judith e SCOTT, Joan ed: *Feminists Theorize the Political*. Routledge, 1992, p.382. Agradeço a Claudia de Lima Costa ter chamado minha atenção sobre esse texto.

Nos termos de Chantal Mouffe, tratar-se-ia de repensar, também, a política feminista. Esta deveria ser vista não como uma forma diferenciada de política destinada a perseguir os interesses das mulheres como mulheres, mas destinada a transformar os discursos, práticas e relações sociais nas quais a categoria “mulher” é construída numa maneira que implica subordinação. E, segundo a autora, isso significa que esses objetivos podem ser construídos de maneiras diferentes, mediante muitos e diversos feminismos.⁴²

Concluindo

Talvez um dos aspectos mais sugestivos do percurso realizado seja ter mostrado os descompassos e tensões, entre ativismo e formulações teóricas. E faço essa separação propositalmente porque creio que, sem negar o aspecto político de qualquer teorização, é importante perceber que se trata de atividades diferenciadas. Refiro-me a descompassos pensando que as “políticas de coalizão” já eram implementadas vinte anos atrás, quando a teorização se centrava numa idéia essencialista e identitária de mulher e numa concepção monolítica de opressão e não em referenciais pós-estruturalistas. Isto é algo óbvio para as que participaram do movimento feminista e lembram o delicado trabalho realizado para lidar com as diferenças no “cotidiano” do movimento e, ao mesmo tempo, a articulação dessas diferenças em torno de objetivos. Terá sido, então, o ativismo mais “avançado” que a teoria? Nesse sentido parece-me válida a observação de Marilyn Strathern quando afirma que a política radical não deixa de apresentar aspectos conservadores, na medida em que é obrigada a operacionalizar conceitos ou categorias já compreendidos.⁴³

Outro dos aspectos iluminados pelo percurso realizado é o caráter da relação entre teoria social e interesses feministas. Nessa imbricação, nessa mútua alimentação, foi desenvolvido e reformulado o conceito de gênero. Além de ter oferecido ferramentas substantivas para um dos objetivos centrais do pensamento feminista (desessencializar a subordinação da mulher), esse desenvolvimento e reformulação tiveram efeitos significativos na teoria social. Penso concretamente na reelaboração de questões centrais na ciência política, na sociologia e na antropologia, tais como as relações entre público e privado, produção/reprodução, o estatuto das teorias de parentesco e sobre o significado do poder. Precisamente, no marco dessa imbricação entre interesses feministas e teoria social, gênero, ao não encaixar-se plenamente em certos critérios de “utilidade” política parece ser abandonado pelo pensamento feminista. Resta descobrir o futuro que ele terá na teoria social.

Campinas, novembro de 2001

⁴² MOUFFE, op. cit., p. 382.

⁴³ STRATHERN, The gender of the gift...

BIBLIOGRAFIA

- ALCOFF, Linda:
"Cultural Feminism versus post-structuralism: the identity crisis in feminist theory",
Signs: Journal of Women in Culture and Society, 1988, vol. 13, n. 3, pp. 414-415.
- BESSA, Karla,
Pós-modernismo.
Mimeo, IFCH, 1995.
- BIDDLE, Bruce e THOMAS, E:
Role Theory: Concepts and Research,
John Wiley and Sons. New York, 1966
- CONNELL, Robert:
Gender and Power.
Stanford University Press, California, 1987.
- COSTA, Claudia de Lima:
"O tráfico do gênero", in:
Cadernos PAGU, 11, 1998,
- DE LAURETIS Theresa:
"Eccentric subjects: feminist theory and historical consciousness"
Feminist Studies, 16, 1, 1990.
- DI STEFANO, Cristina:
"Dilemmas of Difference", 75-76, in Harding, Sandra: *Whose Science? Whose knowledge? Thinking from women's lives*. New York, Cornell University Press, 1992
- DURKHEIM, Emile e MAUSS, Marcel:
"De ciertas formas primitivas de clasificación. Contribución al estudio de las representaciones colectivas" (1903) IN: MAUSS, Marcel: *Institución y Culto. Representaciones colectivas y diversidad de civilizaciones*, Barral Editores, Barcelona, 1971
- ENGELS, Friederich:
The Origins of the family, private property and the state,
International Publishers, Nova York, 1972 (1891).
- FIRESTONE, Shulamith:
A dialética do sexo.
Labor, Rio de Janeiro, 1976
- GRANT, Judith:
Fundamental Feminism. Contesting the Core Concepts of Feminist Theory,
Routledge, New York, 1993.
- HARAWAY, Donna:
Simians, cyborgs, and women. The reinvention of nature.
Routledge, New York, 1991.
- HARTMANN, Heide; BRAVO, Ellen, BUCH, Charlotte, HARTSOCK, Nancy, SPALTER-ROTH, Roberta,
WILLIAMS, Linda e BLANCO, Maria:
"Bringing Together Feminist Theory and Practice: a Collective Interview".
Signs: Journal of Women in Culture and Society, 1996, vol. 21, n. 4
- HEINEN, Jacqueline:
"Patriarcat", in HIRATA, Helena, LABORIE, Françoise, DE DOARÉ, Hélène e SENOTIER, Danièle
(coord): *Dictionnaire critique du féminisme*, Presses Universitaires de France, Paris, 2000.

hooks, bell:

“Postmodern Blackness”
Yearning, race, gender and cultural politics.
South End Press, 1990, pp. 24-26.

LEE, Jo-Anne:

Power, praxis, positioning and subjectivities, Atlantis. A women's Studies Journal Revue d'études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory,
Volume 21.1 , 1996, pp. 142-153.

LÉVI-STRAUSS, Claude:

A Família, origem e evolução.
Editorial Villa Marta, Porto Alegre, 1980

MIES, Maria:

“Liberating Women, Liberating Knowledge: Reflections on Two Decades of Feminist Research Action”.
Atlantis. A women's Studies Journal Revue d'études sur les femmes- Connecting Practices Doing Theory,
Volume 21.1 , 1996, pp 10-25.

MOUFFE, Chantal:

"Feminism, Citizenship, and Radical Democratic Politics".
In BUTLER, Judith e SCOTT, Joan ed: *Feminists Theorize the Political.* Routledge, 1992

NICHOLSON, Linda:

“Interpretando o gênero”.
Revista de Estudos Feministas, vol. 8, n°2/2000, pp. 9-43.

OKEKE, Philomina:

“Postmodern Feminism and the Political Economy of Cross-Cultural Scholarship in Sub-Saharan Africa”.
Conference Paper: *Praxis Nexus: Feminist Methodology, Theory, Community,* janeiro 1996.
University of Victoria, Victoria, B.C.

RUBIN, Gayle:

"The traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex"
in: REITER, Rayna: *Toward an Anthropology of Women.* Monthly Review Press, New York,
1975.

SAFFIOTI, Heleith:

“Rearticulando gênero e classe social” in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero.* Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.

SCOTT, Joan:

Gender and the politics of history.
Columbia University Press, 1988.

SHAPIRO, Judith:

"Anthropology and the study of gender" in:
Soundings, an interdisciplinary journal. 64, n. 4: 446-65, 1981.

SORJ, Bila:

“O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade”
in: COSTA e BRUSCHINI: *Uma questão de gênero.*
Fundação Carlos Chagas/Editora Rosa dos Tempos, Rio de Janeiro, 1992;

SOUZA LOBO, Elizabeth:

“O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho”, in: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina: *Uma questão de gênero.* Editora Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, Rio de Janeiro, 1992.

STRATHERN Marilyn:

The Gender of the Gift.

University of California Press, 1988

“Between a Melanesianist and a feminist”, *Reproducing the future, Anthropology, Kinship and the New Reproductive Technologies*.
Routledge, New York, 1992.

TARDUCCI, Mónica:

“Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología.

In: TARDUCCI, Mónica: *La producción oculta, III Congreso Argentino de Antropología Social. Mesa de Trabajo: Antropología y Mujer*.

Buenos Aires, Editorial Contrapunto, 1990.

VARIKAS, Eleni:

Féminisme, Modernité, Postmodernisme. Observations pour un dialogue des deux côtés de l’océan.
mimeo, 1993

|